

DESAFIOS DA PROFISSÃO DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

TEACHING CHALLENGES IN PANDEMIC TIMES

Valdete Daufemback¹

Israel Aparecido Gonçalves²

Aline Prado Atassio³

Resumo: Este artigo promove uma análise sobre a prática da docência no Ensino Superior e das mudanças no processo de ensino e aprendizagem, decorrentes do Decreto nº 507 do Governo de Santa Catarina, publicado no dia 16 de março no Diário Oficial do Estado e da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do MEC, que suspendeu as aulas presenciais em favor do exercício das atividades acadêmicas de for-

ma remota. A metodologia deste trabalho aborda a narrativa de acontecimentos selecionados e a análise construída, a partir da experiência da mudança de atitude e de adaptação de procedimentos didático-pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem, no ano letivo de 2020, que sofreu mudanças da aula presencial para o modelo remoto por conta da pandemia. Neste contexto acentuaram problemas oriundos

384

1 Mestra em História Cultural (UFSC) e graduada em História (UNIVILLE). Atua como professora da Faculdade IELUSC/Joinville-SC

2 Doutorando em Sociologia e Ciência Política (UFSC), mestre em Ciência Política (UFSCar) e graduado em História (UNIVILLE).

3 Doutora em Ciências Sociais, Professora Substituta na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Analista Técnico Educacional, Sesi-SP.

da desigualdade social. Diante disso considera-se importante refletir sobre as práticas adotadas na área da Educação nas esferas Estadual e Federal neste período de pandemia

Palavras chaves: Ensino à Distância. Ensino Superior. Professor. Estudante. Covid-19.

Abstract: This paper, promotes an analysis of the practice of teaching in higher education and of changes in relation to the teaching and learning process, through law of the states of Santa Catarina (Brazil) published on March 16 in the Official Gazette of the State and law, nº.343, of March 2020, from the Ministry of Education, which suspended face-to-face classes in favor of exercising academic activities in 2020 remotely. The methodo-

logy of this paper is located on the border between the narrative of selected events and the analysis constructed from the experience of changing attitudes and adapting didactic – pedagogical, procedures in the teaching and learning process of the school year, from the classroom to the model remote. It is considered important to reflect and criticize the practices adopted in the area of education by the federal and state governments, in this period of pandemic.

Keywords: Distance learning. College. Teacher. Student. Covid-19.

INTRODUÇÃO

A docência é uma arte que permite o exercício permanente da reflexão sobre os desafios da condição transformadora



por meio da prática pedagógica. Como sinalizou o educador Paulo Freire (2000, p.55), ser um professor crítico é ser um “aventureiro responsável” que se dispõe a mudanças, pois “ensinar exige consciência do inacabado”.

Este texto pretende promover uma reflexão sobre a prática da docência, em especial, em relação à emergência da necessidade de mudança nas relações do processo de ensino e aprendizagem mediante o decreto nº 507 do Governo de Santa Catarina publicado no dia 16 de março no Diário Oficial do Estado (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2020), que dispôs sobre medidas de combate e contágio da Covid-19, doença causada pelo Novo Coronavírus (Sars-Covd-2). De acordo com a Organização Mundial de Saúde, assim como a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), do Ministério

da Educação e Cultura, doravante MEC, que suspendeu as aulas presenciais em favor do exercício das atividades acadêmicas de forma remota.

Mesmo para docentes que já vivenciaram diferentes metodologias de ensino, que acompanharam mudanças nas diretrizes curriculares em diversos governos, que resistiram às ameaças do Projeto “Escola Sem Partido”, a decisão da quarentena acelerou de forma abrupta a opção por outras formas pedagógicas no processo de aprender e ensinar. Não couberam neste cenário manifestações de resistência ou de reivindicação participativa nas decisões tomadas pelos órgãos públicos, uma vez que o distanciamento físico reverbera na luta coletiva em defesa da vida.

Para o desenvolvimento dessa reflexão, a metodologia se

situa na fronteira entre a narrativa de acontecimentos selecionados e a análise construída a partir da experiência (CLANDININ e CONELLY, 2001) da mudança de atitude e de adaptação de procedimentos didático-pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem nesse ano letivo, da aula presencial para o modelo remoto. Entende-se por remotas as aulas ministradas por meio do uso de tecnologias em que alunos (as) e professores (as) se encontram de forma virtual, em caráter emergencial, no mesmo horário dos encontros programados para serem presenciais.

No atual contexto, o caráter da aula à distância ampliou a compreensão de do conceito de distanciamento físico com a introdução das ferramentas como o Google Meet, que proporciona chamadas de videoconferências, o caráter de aula à distância am-

pliou a compreensão do conceito de distanciamento físico, pois uma vez criada uma sala virtual se torna possível a comunicação entre as pessoas participantes, em tempo real, por compartilhamento de tela.

Porém, boa parte dos alunos (as) não têm a possibilidade de acesso às tecnologias e por conta disso nem todas as instituições de ensino superior conseguem se utilizar de aulas remotas para alcançar o seu público e buscam alternativas de metodologias do ensino à distância.

O aporte teórico será garantido por autores de expressividade nas Ciências Sociais, como Bourdieu (2007) e Bauman (2013). Isso porque é preciso relacionar os ocorridos aos professores e alunos durante a pandemia com o sistema financeiro capitalista, o mercado de capitais culturais e escolares e a sociedade

em sua liquidez que impõe novas formas de aprendizagem.

ENSINO À DISTÂNCIA

O ensino à distância existe desde o início do século XX, com alguns cursos por correspondência, avançando mais tarde os cursos por meio da transmissão de ondas do rádio, com o objetivo de ampliar o acesso à educação.

A LDB nº 9.394, de 1996, em seu art. 87, estabeleceu o ensino à distância em todos os níveis escolares, em situações emergenciais, ou para atender jovens e adultos com pouca escolaridade, principalmente em cursos técnicos e no ensino básico (BRASIL, 2020).

Nas instituições de ensino superior o ensino à distância (EAD) marcou a década de 1970. Para Moran (2002), educação à

distância consiste na maneira da condução das aulas e de seu planejamento, que pode ser por meio de comunicação utilizando o rádio, a televisão, até mesmo o correio, ou a partir de tecnologias conectadas à internet, em que o educador e educandos se encontram fisicamente distantes.

Por isso recomenda-se prudência quanto ao emprego do conceito inovação para descrever a emergência do ensino mediante as aulas remotas durante o período desta pandemia de coronavírus, pois apenas acelerou e ampliou o seu uso, mas não inovou.

Uma das grandes questões propostas pela pandemia foi a superação ou o aprofundamento das distinções escolares/acadêmicas propostas pela adoção de tecnologias nem sempre acessíveis a todos, com o objetivo de manter o processo educativo à distância.

É sabido que o capital mais valorizado e que garante maior adaptação do estudante à escola é o capital cultural. De acordo com Bourdieu (2007), alunos não são indivíduos abstratos que concorrem em condições igualitárias ou justas nas escolas e universidades. Na verdade, os alunos são atores sociais, construídos socialmente e dotados de uma bagagem – cultural e social – incorporada através do habitus¹ primário e secundário, no caso dos discentes de ensino superior. Isso significa que, no mercado escolar, a bagagem do aluno pode ser mais ou menos valorizada e determinar o sucesso ou fracasso escolar.

¹ Nas palavras de Bourdieu (2007. P. 191), o habitus é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Estar adaptado às exigências escolares é fator determinante para o sucesso do aluno e, segundo Bourdieu, é um fator que está, inclusive, acima das constituições biológicas ou psicológicas do indivíduo. Estariam os alunos e professores igualmente aptos a seguirem aulas remotas? Teriam todos as mesmas condições materiais para tanto? Essas são perguntas que não foram consideradas pelo governo estadual de Santa Catarina e, se consideradas, as respostas foram ignoradas.

ADAPTAÇÃO AO ENSINO REMOTO

Diante da rápida tomada de decisão das instituições de ensino para atender ao decreto nº 507 do governo de Santa Catarina, os professores, inicialmente, se depararam com um novo pa-



radigma sobre a metodologia de mediação do conhecimento (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2020). O senso de urgência de apropriação de novos conhecimentos pedagógicos exigiu uma dose de criatividade para sincronizar a disposição de recursos tecnológicos e transformar a sua casa em uma extensão da sala de aula².

Nas últimas décadas nos ambientes escolares repercutiu-se o conceito “resiliência” para definir a importância da instrumentalização da capacidade em lidar com situações adversas e de se refazer após uma ocorrência abrupta. Agora, com a situ-

² O professor Tiago Daher Padovezi Borges, contribui para o debate sobre as ações do governador de Santa Catarina, na perspectiva da Ciência Política, com o texto “Santa Catarina: a descentralização decisória e o iminente colapso do sistema de saúde”. No referido artigo o cientista político analisa as ações ou não do governador com relação a pandemia.

ação vigente em decorrência da pandemia, coube não somente a expressão da capacidade resiliente na arte de se reinventar nas habilidades como docente, mas também na aplicação do recurso “adaptação”, uma vez que o espaço físico da sala de aula mudou de lugar e limitou o alcance da visão e interação com a comunidade acadêmica na forma como se conhecia até então.

Segundo BAUMAN (2009, p. 662) “a história da pedagogia esteve repleta de períodos cruciais em que ficou evidente que os pressupostos e as estratégias experimentadas e aparentemente confiáveis estavam perdendo terreno em relação à realidade e precisavam, pois, ser revistos ou reformados”. É preciso considerar aspectos da modernidade líquida para compreender os novos desafios.

A tela compartilhada da

máquina passou a ser a dimensão da sala de aula disposta em uma logística de identificação de cada aluno presente representado por um ícone, ou seja, uma foto ou a primeira letra do seu nome em diâmetro circular. Os debates acalorados sobre determinados temas, muito recorrente nas disciplinas da área das ciências sociais, passaram a ser automaticamente disciplinados, um exercício autodidata de ligar e desligar o microfone, com intervalos de silêncio enigmático que permite ao docente a sensibilidade da imaginação reflexiva sobre a funcionalidade desta metodologia no ensino e aprendizagem. Estariam os alunos sinalizados na tela do computador, presentes na aula virtual? O quanto de conteúdo abordado eles estão assimilando? Como eles aprendem nessa nova lógica de comunicação?

De acordo com BAUMAN (2013) a solidez das coisas, em um mundo líquido, causa medo e espanto. As transformações nas formas de relação, cada vez menos duráveis e descartáveis, impõem novas formas de relacionamento. Não é diferente com a relação professor-aluno. Se, há algumas décadas, o conhecimento e a memória eram valorizados, bem como o trabalho docente, pela garantia de conhecimento sólido do professor frente aos desafios propostos pelos alunos, atualmente a problemática que envolve os professores é mais complexa e de difícil solução.

A capacidade de durar bastante não é mais uma qualidade a favor das coisas. Presume-se que as coisas e as relações são úteis apenas por um “tempo fixo” e são reduzidas a far-

rapos ou eliminadas uma vez que se tornam inúteis. Portanto é necessário evitar ter bens, sobretudo aqueles duráveis dos quais é difícil se desprender. O consumismo de hoje não visa ao acúmulo de coisas, mas à sua máxima utilização. Por qual motivo, então, “a bagagem de conhecimentos” construída nos bancos da escola, na universidade, deveria ser excluída dessa lei universal? Este é o primeiro desafio que a pedagogia deve enfrentar, ou seja, um tipo de conhecimento pronto para utilização imediata e, sucessivamente, para sua imediata eliminação, como aquele oferecido pelos programas de software (atualizados cada vez mais rapidamente e, portanto, substituí-

dos), que se mostra muito mais atraente do que aquele proposto por uma educação sólida e estruturada (BAUMAN, 2009, p. 662).

De maneira virtual, os desafios são ampliados, pois a interação diminui. Embora se saiba que na forma presencial não se tenha garantia mensurável de aprendizagem, se tem a possibilidade de visualizar indicadores que sinalizam o ser e estar do estudante no espaço pedagógico de interação, seja pelo seu olhar atento, pela expressão facial, pela fala, pelo sorriso, pelo envolvimento com o tema abordado, ou pelo silêncio, pela expressão da timidez, pela omissão, pela dispersão da atenção, pela distração com o aparelho de celular, pelas saídas constantes da sala de aula, pelo desconforto ou satisfação no

embate das ideias. Agora com o distanciamento estes sinais de reconhecimento de referências desapareceram e abalaram as estruturas sólidas que balizavam o conceito de ensino e aprendizagem.

Não se nega a preocupação sobre a importância do conteúdo a ser abordado, ao contrário, a própria pandemia passou a integrar-se aos conteúdos pedagógicos enquanto tema de pesquisa como objeto de estudo e análise das relações socioeconômicas no contexto da geopolítica.

Mas como bem sinalizaram Marx e Engels em “O Manifesto Comunista”, publicado em 1848, as condições contraditórias de um sistema levam à sua própria destruição e “tudo o que é sólido derrete-se no ar” (1998, p. 14). Assim, aos poucos, professores e estudantes foram se adaptando ao exercício de permanecer

mais tempo na frente da tela do computador ou do celular neste processo que não se sabia muito bem aonde se chegaria, quando terminaria e como se alcançaria os resultados descritos no planejamento de ensino e aprendizagem³.

Tudo aconteceu muito rápido entre a suspensão das aulas presenciais em favor das aulas on-line, com intervalo de alguns dias para que os professores se adaptassem a partir das condições que lhes foram proporcionadas. Mais do que nunca foi necessário urgentemente aperfei-

³ As novas rotinas, procedimentos ou relações sociais na área da saúde são atribuídos ao conceito de “novo normal”. Neste cenário de média duração, aumentará os cuidados com a higiene, talvez até de forma exagerada, conforme a socióloga da saúde Márcia Grisotti. Entretanto, ela aponta que é “latente uma discussão em torno das liberdades individuais em oposição à responsabilidade coletiva, dado o perigo do contágio do vírus” (BOTTAMEDI, 2020).



çoar a familiaridade com os novos instrumentos tecnológicos, desenvolver novas práticas pedagógicas, preparar-se melhor psicologicamente, aumentar o tempo dedicado à leitura, esforçar-se para manter o equilíbrio emocional diante da possibilidade da ocorrência de condições adversas que resultassem na interrupção da aula por conta de falhas no equipamento eletrônico, da queda da internet ou da energia elétrica.

SER PROFESSOR EM QUALQUER TEMPO

Se em vida estivesse, como Paulo Freire (1921-1997) situaria a educação nesse contexto de pandemia? Certamente com o mesmo espírito ético que sempre foi de sua natureza, resguardando os princípios em favor da vida, acolhendo a crítica e a re-

flexão da prática educativa, o que significa ter um olhar ampliado da situação para o campo sociopolítico, visualizando a formação integral do ser humano por meio de uma educação emancipadora pautada na comunicação dialógica, na horizontalidade de saberes onde “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2000, p. 25).

Construir conhecimento a partir de um espaço de convivência virtual mediado pela existência da pluralidade cultural - quando o planejamento foi realizado para ser desenvolvido em aulas presenciais -, se constitui um desafio em reconhecer que somos pessoas limitadas e, por isso, necessitamos de um esforço para despertar na comunidade acadêmica o senso da liberdade com responsabilidade, princípios que conferem à conquista da au-

tonomia, considerando que “ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torna capaz de interagir e comunicar o interligado” (FREIRE, 2000, p. 134-135).

Enquanto educadores, nosso papel fundamental está na perspectiva da construção de pontes pelo e para o diálogo, como confere a proposta da educação, quando as atividades são organizadas e pensadas pelas pessoas envolvidas, ao contrário do que acontece na “educação bancária” descrita por Freire (2000), em que o professor deposita o conhecimento no aluno e depois vai conferir o rendimento de sua ação. Esta reflexão faz todo sentido, pois costuma-se valorizar o ensino conteudista pautado na disciplina e adequação que responda aos interesses do

capital, que situam as pessoas no mundo sem que estas percebam o mundo disposto ao seu redor, portanto, sem os instrumentos que possibilitem a participação no mundo para a sua transformação social.

Com o advento do ensino não presencial houve a preocupação de adaptar as aulas remotas a uma metodologia que contemplasse o plano de ensino e aprendizagem sem prejuízo aos conteúdos programáticos tendo ao mesmo tempo o cuidado para não saturar o aluno com leituras prolongadas de textos e produção textual muito extensa que ocupassem mais tempo do que a modalidade de ensino presencial. Equilibrar essa medida entre o tempo necessário de estudo com a capacidade de resposta da aprendizagem requer um diálogo contínuo motivado pela sensibilidade e compreensão de que a ri-

gorosidade acadêmica tem o seu lugar de destaque, embora a sua aplicação não necessite de uma abordagem autoritária.

Para Bauman (2009. P. 667))

No passado, a pedagogia assumiu diversas formas e se mostrou capaz de adaptar-se às mudanças, de fixar-se novos objetivos e criar novas estratégias. Todavia, deixe-me repetir que as mudanças de hoje são diferentes daquelas ocorridas no passado. Nenhuma reviravolta da história humana pôs os educadores diante de desafios comparáveis a esses decisivos de nossos dias. Simplesmente não havíamos estado até agora em situação semelhante. A arte de viver em um mundo ultrassaturado de informações ainda deve ser aprendida,

assim como a arte ainda mais difícil de educar o ser humano neste novo modo de viver.

Essas mudanças se dão especialmente na perspectiva dos educadores, que se defrontam com uma árdua tarefa que consiste em promover o espírito crítico nos educandos. Com as novas gerações, sempre imersas nos mercados de capitais voláteis, como prestígio e fama, houve maior busca conhecimento rápido e a troca de conhecimento profundo por informações superficiais. A tarefa docente já era de bastante envergadura, ganha maior dramaticidade com o advento da pandemia e as aulas online.

O processo de aprendizagem deixou de ser baseado na construção sedimentada de conhecimento que possui potencial para o crescimento. O conheci-

mento tornou-se algo bastante líquido e volátil, todos os dias é preciso começar a aprender novamente. De acordo com Baumam, esse processo de aprendizagem, chamado de aprendizagem terciária é

uma sucessão infinita de novos inícios, devida antes de tudo ao rápido cancelamento dos conhecimentos pgressos, mais que à aquisição de novos conhecimentos; parece uma espécie de cruzada contra a manutenção e a memorização dos conhecimentos. A aprendizagem terciária poderia, assim, ser definida como um dispositivo anti-memória. É por isso que Gregory Bateson definiu a aprendizagem terciária como uma patologia, uma formação cancerígena que cresce nutrimdo-se no corpo

da instrução e, se não extirpada, leva à sua destruição (2009. P. 669).

Entende-se que no Brasil, ser professor sempre foi um desafio, especialmente pelas condições de trabalho. Porém, em termos prático e aplicando o que nos ensinou Bauman, percebemos que nos últimos anos os profissionais da educação tiveram que dispor de energias para lidar com a campanha “Escola Sem Partido”, responsável pela desqualificação profissional da docência ao atribuir aos professores o rótulo de “doutrinadores”, ganhando notoriedade e adesão da sociedade, especialmente através das mídias sociais, o que resultou na apresentação e debate de projetos de lei em Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, sob alegação da necessidade de

aprovação de normas para conter a “contaminação ideológica” nas escolas.

Sabe-se que, por meio das tecnologias da informação, as Fake News se reproduzem de forma estrondosa e contribuem para que pessoas assimilem a verdade que mais combine com as suas convicções. Foi nesse contexto de produção e disseminação de Fake News que escolas e professores tiveram a sua reputação e credibilidade ainda mais questionadas, agrando-se ainda mais com disseminações de fatos inventados como o caso do Kit Gay, um suposto material didático distribuído pelo MEC durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). A repercussão dessa mentira disfarçada de notícia impulsionou o desenvolvimento da Campanha Escola sem Partido, geradora de grandes debates e conflitos no país. Boa parte da

sociedade acreditou nesta notícia falsa, enquanto professores, alunos e movimentos sociais se mobilizaram para fazer coro contrário ao Projeto de Lei nº 867/2015, à chamada Lei da mordaza⁴. Importante lembrar que no dia 25 de agosto de 2018, durante a apresentação do Jornal Nacional, o então candidato à presidência da República, Bolsonaro, em entrevista à Rede Globo, reforçou essa notícia falsa e aconselhou às famílias e retirarem seus filhos da escola.

Em contrapartida, este período de isolamento social seria uma oportunidade de aproximação da prática do Ensino Domiciliar, defendido inclusive pelo MEC em parceria com o Ministério da Mulher, Família e Direitos

⁴ Pode-se consultar o andamento da lei pelo site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em: 30 set. 2020.

tos Humanos (FREITAS FILHO, 2019). No entanto ao chamar a família para acompanhar mais de perto a aprendizagem das crianças a partir do ensino não presencial, percebe-se a ausência de manifestação em defesa do ensino sob a sua responsabilidade integral sem o intermédio de um professor.

Então por que boa parte da sociedade contribuiu para espalhar boatos ou notícias falsas que remetem à rotulação dos professores como doutrinadores capazes de molestar a integridade moral das crianças e das famílias? Talvez pela falta de acesso ou de compreensão ao conhecimento, aliado às facilidades de reprodução de discursos por meios das tecnologias de informação.

Diante do exposto, pode-se observar o quanto o exercício da docência neste país tem

sido um desafio constante, especialmente nos últimos anos, quando o saber científico passou a ser questionado. Às vezes não nos damos conta da grande responsabilidade do professor nas tomadas de decisões na sua tarefa docente mesmo em condições adversas. Isso mostra que os professores precisam resistir a todo tipo de ameaça à profissão da docência, acreditar no sonho do amanhã e entender a importância de despertar nos estudantes a utopia da conquista de uma sociedade melhor. Se o confinamento restringiu a visão do horizonte, a utopia se encarrega de atravessar montanhas e combater o obscurantismo para que se diferencie ciência de opinião.

SER ESTUDANTE EM ESTADO DE QUARENTENA

De acordo com Freire

(2000, p. 28), é necessário que o “educando mantenha vivo em si o gosto pela rebeldia” que, juntamente com o seu poder criativo, torna-o imune ao condicionamento do ensino bancário. Para isso é imprescindível a presença de professores que fazem da aula um ambiente reflexivo sobre a sua própria prática docente, com o objetivo de irradiar aspirações emancipadoras.

Já, para Mészáros (2008), a educação formal necessita de mudanças porque do jeito como está eleva a potência da indução de um conformismo à ordem estabelecida, sem perspectiva de transformação significativa.

Porém, para além dos desafios propostos pelos estudiosos acima, há um desafio enfrentado pela geração atual que não foi antes apresentado, e este constitui-se em ser estudante em

tempos líquidos, numa sociedade que busca homogeneidade de consumo e de relações, além de impor a obsolescência rápida do conhecimento (Bauman, 2013).

Nesse modelo de sociedade, é imputado aos estudantes a responsabilidade de determinar a trajetória do processo de ensino aprendizagem e suas consequências, graças às pressões do mercado de trabalho e aos governos, que buscam atender às pressões econômicas Bauman (2009). Assim, atribui-se aos indivíduos encargos que deveria ser sociais e institucionalizados. O desinteresse dos alunos é cada vez maior, sofrendo ainda com a falta de perspectiva para além dos muros da escola. O conhecimento tornou-se um produto qualquer: “Outro efeito evidente das pressões desinstitucionalizantes é a “privatização” e a “individualização” dos processos e das situ-

ações de ensino e aprendizagem, além da gradual e inexorável substituição da relação ortodoxa professor-aluno por aquela de fornecedor-cliente, ou aquela centro comercial-comprador” (Idem, p. 670).

Assim como os professores, acadêmicos também enfrentam desafios com as aulas não presenciais, pois da mesma maneira precisam transformar a sua casa, a sua sala, o seu quarto, em um ambiente de trabalho, de estudos, aberto aos olhares de quem estiver participando da aula, compartilhando cenas ou ruídos que se passam no ambiente familiar, como o choro de crianças, o latir de cachorros, o som da televisão ou de músicas advindas de qualquer cômodo, fator que poderá provocar constrangimento ou atrapalhar a comunicação em curso. Porquanto não raras as vezes que pessoas

do convívio familiar assistem as aulas e até mesmo participam do debate, dependendo do tema abordado. Nesse contexto, pode-se inferir que as aulas remotas proporcionaram ao favorecimento da socialização de conhecimentos por meio da ação comunicativa, onde o observador assume a condição de participante da comunicação e valida a sua atitude performática no domínio da interação entre o “mundo da vida” e o mundo da esfera social (HABERMAS, 2003).

Ao contrário da maioria das universidades públicas que tiveram suspensas as suas atividades por tempo indeterminado, as instituições privadas de ensino superior deram continuidade ao semestre letivo por meio das aulas remotas. Isso porque, em parte, a Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 (BRASIL, 2020), em-

balada pelo Consenso de Washington que permitiu ao Banco Mundial (BIRD) a proposição de projetos educacionais na América Latina (REID, 2008), o qual recomendou aos governantes a responsabilidade do Ensino Superior à iniciativa privada como uma das medidas adotadas pela política de privatização de serviços públicos, transformando o ensino numa mercadoria. Assim, nessa esfera da lógica mercantilista as instituições particulares de ensino precisam gerar receita financeira para manter em funcionamento o círculo produtivo, encontrando nas aulas remotas uma condição de continuidade de suas atividades.

É importante atentarmos para o fato de que a massificação do ensino não é garantia de ensino democrático ou de igualdade de oportunidade, meritocracia ou justiça social. Bourdieu

(2007) nos ensina que a educação não é necessariamente uma instituição transformadora e democratizadora. Ela pode assumir o papel de reprodutora de desigualdades sociais e de privilégios, ao valorizar uma bagagem cultural e social diferenciada, que está atrelada essencialmente às classes dominantes da sociedade.

Em circunstâncias normais, ou seja, sem pandemia, a distinção já está dada graças ao saber valorizado no mercado de capitais escolares. Em tempos de ensino remoto, onde além dos saberes as condições materiais também são consideradas e de suma importância, é evidente que as discrepâncias entre os alunos aumenta, especialmente se analisarmos sob a perspectiva do ensino público X ensino privado.

Durante a pandemia, até mesmo nas instituições privadas, a partir da urgência de se conce-

der aulas remotas, intensificou-se a visibilidade das desigualdades sociais, posto que, alunos deixaram de participar dos encontros virtuais por não terem acesso à internet ou a computador⁵. Significa que as condições materiais não proporcionam a equidade no processo da aprendizagem.

Para Bourdieu (2008), como a escola não pode reproduzir abertamente o direito de sangue aos herdeiros dos privilégios, justifica a distinção social pelo mérito, assim, assegura, discretamente a sucessão dos direitos de uma classe social privilegiada.

A massificação do ensino público expõe esses privilégios, principalmente, no ensino

⁵ Destaca-se que o “aceleramento das aulas” e das mudanças sociais não retiram da sociedade as diferenças econômicas, de classe, dos preconceitos e de gênero, talvez tenha ocorrido o contrário, um aprofundamento das mazelas sociais, como aponta Oliveira (2020)

superior, pois determinadas classes sociais conseguem acessar com mais facilidade às universidades públicas, enquanto as classes menos privilegiadas quando acessam mantêm-se em situações muito precárias e, muitas vezes, dependem de bolsas de estudo ou de contrato de estágio para se manter no curso. Até mesmo nesta questão a pandemia interferiu, pois para cumprir a determinação da Portaria do MEC nº 345/2020, em seu parágrafo 3º, que substituiu a Portaria 343/2020, no ensino superior (BRASIL, 2020), estágios e projetos de extensão ficaram suspensos, praticamente, durante todo o primeiro semestre letivo, inclusive relacionados às atividades executadas junto às escolas públicas de ensino básico, uma vez que nestas instituições as aulas se mantiveram à distância com auxílio de ferramentas pedagógicas como a plataforma

Google Classroom, para compartilhar arquivos, textos, áudios e vídeos.

Assim como no Ensino Superior, o acesso à internet Banda Larga não é uma realidade ao alcance de todas as famílias que mantêm seus filhos na rede pública. Mesmo os pacotes de telefonia para acessar as plataformas digitais não atendem à demanda familiar que, muitas vezes, os aparelhos disponíveis são utilizados para trabalhar na produção de renda da família. Neste sentido, reunir as turmas em horário de aula por meio de câmeras é um dilema. Para suprir esta demanda, parte das crianças dependem do acesso a materiais produzidos e impressos na própria escola.

Nesta circunstância, poder-se-ia questionar a validade da permanência das aulas à distância neste ano letivo, diante de

toda situação relatada. No entanto a atitude de compromisso das instituições de ensino e dos professores em trabalhar na produção de materiais, na elaboração e correção de atividades tem uma função pedagógica fundamental na manutenção do vínculo da criança e do adolescente com a escola. Em muitos casos, estes espaços são elos de referência, de cuidados e proteção à vida, por possibilitar a observação de sinais da existência de relação abusiva, de maus tratos, ou de outras necessidades materiais.

Sendo assim, dentro da percepção das desigualdades sociais escancaradas durante a pandemia, é necessário que as instituições de ensino adotem uma metodologia menos colonizadora e passem a considerar outros saberes objetivando a práxis como condição de interferir no mundo e mudar a realidade a partir de

uma reflexão criativa de possibilidades de um tempo em porvir.

Oliveira (2020, p.18) ao terminar o texto “As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19”, contribui com a análise ao apontar que:

Assim sendo, entendendo que o papel das políticas educacionais deva ser o combate das desigualdades sociais. Do mesmo modo que o sistema educacional isoladamente não reproduz tais desigualdades, porém pode contribuir para sua manutenção e aprofundamento, penso que ele também pode ser uma chave relevante para sua superação. Em minha perspectiva, os caminhos a serem trilhados no cenário de pandemia e pós-pandemia devem reforçar o papel da educação pública de qualidade e o ofe-

recimento de condições mais iguais para seu acesso e permanência.

A PANDEMIA DENTRO DA PANDEMIA

Para Santos (2020, p.20), “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade”, pois esta se transforma na causa para explicar qualquer coisa, inclusive a acen-tuação da exploração, a retirada de direitos e a exacerbação do patriarcado. Os princípios liberais têm se revelado uma armadilha de interesses peculiares e sabo-tado a reflexão sobre os direitos humanos, direitos à igualdade na diferença de gêneros e de classes sociais.

As desigualdades sociais foram intensificadas e es-



cancaradas durante a pandemia. De acordo com Harvey (2020), a pandemia é um cenário cujas implicações para o mercado de trabalho são imediatas. Desemprego em massa e aumento da população em vulnerabilidade social tendem a aumentar, especialmente em setores organizados em atividades coletivas, como é o caso da educação.

A instabilidade do trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção social, bem como as novas configurações do trabalho, o desemprego, a informalidade, faces perversas do sistema econômico em curso nas últimas décadas no mundo ocidental tem levado trabalhadores a um lugar marcado pela precariedade, vulnerabilidade e incerteza (SOUZA et Al. 2021, p.3).

Em muitos estados brasileiros durante a pandemia a violência doméstica aumentou, em média, 40% dos casos, pois o isolamento social potencializou a tensão no âmbito familiar porque alterou a rotina das famílias, afetando a convivência como um todo (PARREIRAS, 2020 e PONTE, 2020). Assim, a pandemia expôs também a fragilidade nas relações familiares e desnudou o imaginário do romantismo da família tradicional, além do que, de acordo com a reportagem da Agência Brasil, publicada em 08 de agosto de 2020, houve uma sobrecarga de responsabilidade à mulher com as lidas domésticas associadas à manutenção da sustentabilidade econômica. De acordo com Santos (2020), na quarentena, pela lógica, os trabalhos domésticos deveriam ser mais distribuídos, já que familiares passam mais tempo em

casa, mas ao contrário, por conta do machismo, as mulheres acumulam stress com as múltiplas tarefas que desenvolvem. Assim, a pandemia trouxe à superfície o que estava imerso, já latente.

Apesar dos efeitos nocivos, é preciso lembrar que não há dúvidas quanto à eficácia do isolamento social na estratégia de contenção biológica de propagação do vírus. É uma norma sanitária adotada em praticamente todos os países afetados pelo Sars-Cov 19.

Esta situação de vulnerabilidade social e familiar tem servido de gatilho para justificar a pressão aos governos no sentido de que as instituições de ensino retomem às suas atividades de maneira presencial, posicionamento questionado por vários setores sociais, por entender que o distanciamento físico é responsável por salvar vidas e evitar que o

sistema de saúde entre em colapso, considerando que nem todas as pessoas têm a possibilidade de desenvolver as atividades profissionais no formato home office.

Talvez a era do humanismo tenha chegado ao fim, justamente com a ascensão do capitalismo informacional, mas por isso mesmo é preciso aprender com as experiências, replanejar as nossas vontades para reconectar aos significados da vida coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No modelo de ensino remoto aprendemos que não é possível lecionar sem que haja empatia, sem ampliar a técnica da escuta qualificada para compreender as angústias das incertezas diante de um contexto que se respira o coronavírus o tempo todo como um fantasma que ron-

da os espaços, que invade e habita os corpos de hospedeiros e estes passam a ser uma ameaça à vida de várias outras pessoas. Esse vírus mudou os afetos, mudou a maneira de pensar, mudou o significado de segurança. Gerou em dobro a reflexão sobre a fragilidade do ser humano e, em tese, a necessidade de respeito ao planeta.

A forma que a legislação federal e estadual interrompeu o ensino presencial em prol do remoto transformou o lar do professor em uma extensão da escola, o privado virou público. Além disso, os professores e alunos foram colocados em uma rotina à qual o aluno pode ser representando por um ícone na tela do computador e o professor um profissional que busca empatia com os seus discentes via uma plataforma digital.

Neste estágio da produ-

ção capitalista seria ingenuidade supor que a humanidade sairá desta fase de pandemia de coronavírus com uma performance melhorada ou um “novo normal”.

A questão é saber o quanto e como esses conhecimentos produzidos interferem na hierarquia social, tanto para a mudança em direção à autonomia, quanto para a manutenção do controle que mantém corpos e mentes ativos sob o domínio das esferas de poder. Que sejamos a resistência!

REFERÊNCIAS

CLANDININ, D. Jean. CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude: conversas

com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Santa Catarina: a descentralização decisória e o iminente colapso do sistema de saúde. Data: 12/7/2020. ESPECIAL ABCP. Disponível em: <https://ciencia-politica.org.br/analises/especial-abcp-2a-edicao-estados-regiao-sul-enfrentamento/artigo/especial-abcp-aco-es-santa-catarina> Acesso em: 10 de out. 2020.

BOTTAMEDI, Felipe. De meses a anos: as previsões dos especialistas para a vida voltar ao normal. ND+ [On-line]. Data: 08/05/2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/saude/de-meses-a-anos-as-previsoes-dos-especialistas-para-a-vida-voltar-ao-normal/> Acesso em: 16 ago. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 19/03/2020. Edição: 54-D. Seção: 1 – Extra. Página: 1. Ministério da Educação. Portaria Nº 345, DE 19 DE MARÇO de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaa%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%2520C3%25A7o%2520de%25202020> Acesso em: 16 ago. 2020.

_____. PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. LEI Nº



9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 16 ago. 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA. DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA. Decreto nº 507 do Governo de Santa Catarina publicado no dia 16 de março no Diário Oficial do Estado. [Online]. Disponível em: http://www.doe.sea.sc.gov.br/material2/Edicao_Extra/Jornal_2020_03_16-A.pdf Acesso em: 22 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS FILHO, Luciano. Em

defesa da escola: reflexão sobre a Educação Domiciliar. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/03/25/em-defesa-da-escola-reflexoes-sobre-a-educacao-domiciliar-homeschooling/> Acesso em: 22 ago. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, Istvaán. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAN, José Manoel. O que é Educação à distância. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uplo->

ads/2013/12/dist.pdf. Acesso em:
18 ago. 2020.

OLIVEIRA. Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19. Boletim cientistas sociais, n. 85, 16 de julho de 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2417-boletim-cientistas-sociais-n-85> Acesso em: 03 out. 2020.

_____, Amurabi. A Quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. REALIS, v.10, n. 01, Jan-Jun. P.193-203, 2020 – ISSN 2179-7501. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/01%20Trabalho%20Livros/02%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pandemia/Textos%20de%20apoio/247623-180702-1-PB.pdf> Acesso em: 10 de out. 2020.

PARREIRAS, Mateus. Coronavírus: isolamento social amplia violência doméstica. Estado de Minas Gerais. Data: 11/05/2020 [On-line]. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/11/interna_gerais,1146100/coronavirus-isolamento-social-amplia-violencia-domestica.shtml Acesso em 10 set. 2020

PONTE. Um vírus e duas guerras: mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas e Ponte Jornalismo, 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 16 ago. 2020.



- PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: Entrevista Sobre A Educação. Desafios Pedagógicos E Modernidade Líquida. Segunda parte da entrevista: Os desafios da educação: aprender a caminhar sobre areias movediças. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a16.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.
- REID, Michael. Ascensão e queda do Consenso de Washington. In: O Continente esquecido: a batalha pela alma latino-americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Direito educacional em tempos de pandemia: normas de caráter temporário. Revista Consultor Jurídico, 23 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-23/>
- direito-pos-graduacao-direito-educacional-tempos-pandemia-normas-temporarias. Acesso em: 18 ago. 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Almedina S.A., 2020.
- SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. Trabalho, Educação e Saúde, vol 19, 2021.